



XI CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA

AS DIMENSÕES E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA GEOGRAFIA

9 - 11 de Novembro 2017
Faculdade de Letras Universidade do Porto

Livro de Atas

COORDENADORES:

Teresa Sá Marques
José Alberto Rio Fernandes
José Teixeira
Patrícia Abrantes
Fátima Matos
Laura Soares

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Associação Portuguesa de Geógrafos

COORDENADORES: Teresa Sá Marques, José Alberto Rio Fernandes, José Teixeira, Patrícia Abrantes, Fátima Matos, Laura Soares.

TÍTULO: XI Congresso da Geografia Portuguesa, As dimensões e a responsabilidade Social da Geografia, Livro de Atas.

ANO: 2017

ISBN: 978-989-54030-2-8

PRODUÇÃO GRÁFICA: Claudia Manuel

COMISSÃO ORGANIZADORA:

*Departamento de Geografia da Faculdade de Letras
Universidade do Porto*

Teresa Sá Marques

José Teixeira

Patrícia Abrantes

Fátima Matos

Laura Soares

António Silva

Diogo Reis

Francisco Anjos

Helder Gonçalves

Joaquim Cardoso

José Sousa

Rui Abreu

Sónia Andrade

Tatiana Oliveira

Associação Portuguesa de Geógrafos (APG)

José Alberto Rio Fernandes

Ana Rei

Francine Tavares

Inês Rocha

Thiago Monteiro

CONSELHO CIENTÍFICO:

António Alberto Gomes - *Universidade do Porto*

António Bento Gonçalves - *Universidade do Minho*

Ana Monteiro - *Universidade do Porto*

Ana Ramos Pereira - *IGOT/Universidade de Lisboa*

Carlos Silva - *Universidade Nova de Lisboa*

Domingas Simplicio - *Universidade de Évora*

Dulce Pimentel - *Universidade Nova de Lisboa*

Eduarda Marques da Costa - *IGOT/Universidade de Lisboa*

Fernanda Cravidão - *Universidade de Coimbra*

Herculano Cachinho - *IGOT/Universidade de Lisboa*

Lúcio Cunha - *Universidade de Coimbra*

Luís Paulo Martins - *Universidade do Porto*

Maria José Caldeira - *Universidade do Minho*

Mário Vale - *IGOT/Universidade de Lisboa*

Regina Salvador - *Universidade Nova de Lisboa*

Rui Gama Fernandes - *Universidade de Coimbra*

REVISORES:

Assunção Araújo - *Universidade do Porto*

Carmen Ferreira - *Universidade do Porto*

Fantina Santos Tedim - *Universidade do Porto*

Fátima Loureiro de Matos - *Universidade do Porto*

Hélder Marques - *Universidade do Porto*

Helena Madureira - *Universidade do Porto*

Helena Pina - *Universidade do Porto*

João Carlos Garcia - *Universidade do Porto*

José Alberto Rio Fernandes - *Universidade do Porto*

José Teixeira - *Universidade do Porto*

Laura Soares - *Universidade do Porto*

Mário Gonçalves Fernandes - *Universidade do Porto*

Miguel Saraiva - *Universidade do Porto*

Patrícia Abrantes - *Universidade do Porto*

Paula Guerra - *Universidade do Porto*

Teresa Sá Marques - *Universidade do Porto*

Cidades e experimentação urbana

Infraestruturas verdes e cidades	
<i>A. Queiroz do Vale</i>	3
A Avenida Almirante Reis e os tempos da Primeira República. Os itinerários literários e os lugares da geografia emo-criativa	
<i>A. Machado</i>	9
Novas dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa - Um instrumento de suporte da ação política de base local	
<i>A. Magalhães, A. Costa</i>	13
A capacidade de projecção estratégica na Lisboa da Era dos Desdobramentos	
<i>J. Seixas</i>	19
Edificado devoluto na área da Avenida Almirante de Reis – Potencial de regeneração	
<i>T. Santos, F. Ramalhete, N. Soares</i>	25
O planeamento estratégico e a gestão urbana: reflexões a partir do Porto	
<i>A. Almeida, G. Chalo, I. Vieira</i>	29
Diferenciação socioespacial nas pequenas cidades do Território de Identidade do Sisal – Bahia – Brasil	
<i>M. P. Rodrigues</i>	33
Entre a vida e a morte. O cemitério britânico e o «bairro inglês» no Porto Oitocentista	
<i>J. Pinto, D. Alves, H. Barbosa, R. Lima</i>	37
Geodesign - Objetivos, posturas e integração do pensamento do Geodesign no contexto nacional	
<i>G. Magalhães, D. Vale</i>	43
Economia Alternativa: Feiras de rua na cidade do Porto	
<i>M. Ferreira</i>	47
O comércio tradicional em contexto urbano – caso de estudo de Vila Nova de Famalicão	
<i>J. Cruz Silva</i>	51
As universidades como indicadores de vetores de expansão urbana: o caso de Londrina (PR), Brasil.	
<i>A. S. Nascimento</i>	55
Modelação e simulação do crescimento urbano da cidade de Benguela (Angola)	
<i>A. Sachilombo, A. Barbosa, J. Rocha</i>	59
O comércio como património: o projeto “Lojas com História”	
<i>P. Chamusca, J. A. Rio Fernandes, R. M. R. Lopes, F. Tavares</i>	65
Cultura, criatividade e economia criativa no Porto contemporâneo	
<i>P. Guerra, T. Sá Marques, C. Ferreira, C. Maia, D. Ribeiro, P. Ribeiro</i>	69
A cidade fragmentada: exclusões e vulnerabilidades do Porto no presente	
<i>T. Sá Marques, P. Guerra, C. Maia, D. Ribeiro</i>	73
A cidade na aprendizagem geográfica e a responsabilidade da Geografia na aprendizagem da cidade	
<i>H. Oliveira, J. A. Rio Fernandes</i>	77
ASSIM – Activating Service-Sharing at Inter-municipal scale: estudo exploratório	
<i>F. Ramalhete, T. Santos, S. Brito, J. Caria Lopes, V. Pedragosa, M. J. Morgado, M. Pereira</i>	81
Gentrificação nas Ilhas do Porto: uma dinâmica embrionária	
<i>F. Matos</i>	85
É periferia? Reflexões sobre a localização dos empreendimentos do MCMV na Região Metropolitana de Natal/RN	
<i>S. Medeiros</i>	91

Representações socioespaciais do centro urbano de Vitória da Conquista-Ba <i>A. Rocha, A. Silva, S. Silva</i>	95
O comércio global na periferia urbana brasileira <i>L. Araújo</i>	99
A produção metropolitana brasileira: o caso das regiões metropolitanas sem metrópoles <i>R. Borges</i>	105
São José dos Pinhais e Vale do Itajaí: dois sistemas de inovação territorial no Brasil? <i>R. Salvador</i>	109
Tradição da propriedade? Deslegitimação e geografias quotidianas do arrendamento em Portugal, 1974-1982 <i>T. Castela</i>	113
Espaços de comércio e consumo na cidade: mercados públicos e neoliberalismo urbano <i>C. Pereira</i>	117

Riscos e estudos ambientais integrados

Os pesos da componente vulnerabilidade do sistema de apoio à decisão RiskOTe <i>N. Mileu, M. Queirós</i>	123
Suscetibilidade a extremos diários de precipitação em Portugal Continental <i>M. Santos, M. Fragoso, J. Santos</i>	129
Análise de clusters municipais de cheias/inundações e movimentos de massa em vertentes danosas em Portugal <i>S. Pereira, J. Rocha, J. L. Zêzere</i>	135
O impacto do super tufão Haiyan em Tacloban, Filipinas e recuperação pós-catástrofe <i>R. Marteleira, P. Santos Coelho, M. J. Roxo</i>	139
Cadastro florestal - um instrumento para o ordenamento florestal <i>A. Bento-Gonçalves, A. Vieira, F. Costa, P. Lourenço, C. Carvalho, F. Ferreira-Leite</i>	143
Cartografia de localização de risco à ocorrência de movimentos de massa em vertentes: caso de estudo do alto Minho, Portugal <i>S. Machado, R. P. Julião</i>	147
Mapeamento da vulnerabilidade ambiental do sistema cárstico no município de Lagoa da Confusão, Tocantins, Brasil <i>K. B. M. Oliveira, F. Morais, L. M. Oliveira</i>	153
Avaliação da presença de bisfenol a e atividade estrogénica na água da baía da Guanabara, Rio de Janeiro – Brasil <i>M. T. Nascimento, A. Santos, J. Neto, D. Bia</i>	157
Modelo de interpolação de valores de contaminantes em águas subterrâneas <i>D. Lopes, A. Perdigão, J. Rocha</i>	161
Vulnerabilidade em zonas ribeirinhas: estudo no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Poti- Piauí-Brasil <i>L. N. Oliveira, E. C. Pereira, M. L. B. Brito, L. Cunha</i>	165
Áreas do domínio público hídrico degradadas no concelho de Guimarães – avaliação hidromorfológica com base no <i>river habitat survey</i> <i>F. Costa, A. Vieira, A. Bento-Gonçalves</i>	171
Ensaio metodológico para a integração das condicionantes naturais no planeamento e ordenamento do território em Cabo Verde – o caso da ilha de Santo Antão <i>R. Rocha, C. Bateira, A. Gomes</i>	175

Gestão e percepção do risco na visitação pública em áreas naturais protegidas: o caso da Floresta Nacional de Ipanema, Brasil <i>M. Afonso</i>	181
---	-----

Tecnologias de informação geográfica e ordenamento do território

Disparidade de acessibilidade multimodal aos serviços de saúde em Lisboa: uma análise espacial em SIG <i>C. Viana, D. Vale</i>	187
Influência da vizinhança na expansão do uso/ocupação do solo urbano: o método LAND <i>E. Gomes, P. Abrantes, A. Banos, J. Rocha</i>	193
Cartografia do futebol análise espaço-tempo do jogo e dos jogadores <i>F. Pires, P. Morgado</i>	199
População idosa, localização e acesso aos serviços de saúde: o caso das farmácias na Área Metropolitana de Lisboa <i>M. Padeiro</i>	203
Padrões de Mobilidade dos Candidatos ao Ensino Superior em Portugal. Uma abordagem de Redes Complexas <i>S. Encarnação, F. Pinheiro</i>	207
Comparação e medição de erros associados a diversos algoritmos de interpolação espacial em SIG <i>D. Vale, C. Viana</i>	213
Modelação de adequabilidade do habitat ao mosquito vector do dengue (<i>Aedes aegypti</i>) na ilha da Madeira <i>J. Santos, J. Rocha, C. Capinha, C. Sousa</i>	219
Os SIG no apoio à normalização de bases de dados agrícolas históricas (1850-2009) <i>C. Viana, D. Freire</i>	223
Big data e redes sociais na Análise dos padrões turísticos de Lisboa <i>L. Encalda, C. Ferreira, J. Rocha</i>	227
O uso desigual da internet no território brasileiro <i>J. Barbosa</i>	231
A relevância dos CSW no contexto intermunicipal <i>N. Mileu, P. Morgado</i>	235
Identificação das forças motrizes das alterações do uso e ocupação do solo em Portugal <i>B. M. Meneses, S. Pereira, E. Reis, R. Reis, M. J. Vale</i>	239
Serviços de interesse geral – desigualdades em territórios rurais <i>P. Palma, E. Marques da Costa, N. Marques da Costa</i>	245

Novos desafios no ensino da Geografia

A importância da Educação Geográfica na formação dos jovens <i>C. Oliveira</i>	253
O planeamento urbano pode fazer melhores cidadãos? <i>G. Pimenta</i>	259
Educação, Cidadania e Direito à Cidade: Uma Metodologia de Ensino no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina <i>S. Mendonça, M. Marchi</i>	263
Aprendizagem significativa, educação política e cidadania ativa: perspectivas para o ensino da geografia no Brasil <i>R. Rodrigues</i>	267

Mar e ordenamento do litoral

Estratégia nacional para o mar: o caso do porto de Sines <i>A. Carvalho, J. Lúcio</i>	273
Limites e vulnerabilidades à perspectiva do desenvolvimento no espaço portuário brasileiro <i>R. Rodrigues</i>	277
Planeamento em regiões estuarinas em contexto de alterações climáticas: análise comparativa dos casos de Portugal e África do Sul <i>B. Neves, A. Fernandes, R. P. Julião, S. Rosendo, L. Celliers</i>	281
As variações do nível do mar em Cascais – um processo em aceleração? <i>A. Araújo</i>	285
Proposta para a constituição de um cluster do mar na Região Autónoma da Madeira e o papel desempenhado pelo ordenamento do espaço marítimo <i>M. Lopes</i>	289
Dos estuários e das propriedades gerais dos espaços estuarinos <i>A. Fernandes, B. Alves</i>	293
A requalificação de frentes de água e as alterações climáticas: considerações a propósito da intervenção do Cais do Sodré, Lisboa <i>S. Brito, A. Fernandes, B. Neves, S. Encarnação, A. Ibraeva</i>	297

Governança e participação no planeamento territorial

Método Delphi como ferramenta de avaliação geopolítica e geoeconómica – o caso da Plataforma Continental Portuguesa <i>J. Chilão, J. Lúcio</i>	303
Modelos baseados em agentes e governança territorial: conceptualização de um modelo para os territórios do Côa e Douro <i>D. Gil, M. Pereira</i>	307
Governança e desenvolvimento no Tâmega e Sousa <i>A. Silva, P. Chamusca</i>	311
Arrendamento privado em Portugal: uma leitura a partir da regulação das rendas <i>S. Alves, P. M. Ferreira, A. B. Azevedo</i>	315
O impasse da política urbana no Brasil <i>A. Almeida, I. Vieira</i>	319
Serviços dos ecossistemas e transferência de edificabilidade <i>A. Queiroz do Vale</i>	323
The EU Strategy for the Adriatic and the Ionian Region: from Marginalisation to Co-Development <i>A. Gicala, R. Salvador</i>	329
Políticas urbanas em tecido urbano antigo: responsabilidades públicas e vontades privadas, entre a cidade que temos e a que desejamos <i>F. Tavares</i>	333

Globalização, redes e crise económica

Perfis de vulnerabilidade social em Portugal <i>C. Maia, D. Ribeiro, F. Honório, T. Sá Marques</i>	339
---	-----

A geografia da economia alternativa: os espaços de coworking na cidade do Porto <i>C. Ferreira, T. Sá Marques, P. Guerra</i>	345
Os hospitais na geografia das redes de inovação em saúde <i>H. Santos, T. Sá Marques, P. Ribeiro</i>	351
Music without borders? Dinâmicas recentes e desafios da internacionalização do sector da música em Portugal <i>P. Romeiro</i>	357
O impacto da rede ferroviária na Euro-região Galiza-Norte de Portugal <i>M. Varela Cornado, M. Pazos Otón</i>	361
Indústria e pesca: agentes, escalas e processos <i>C. Martins</i>	365
Política de atração de indústrias na Bahia/Brasil e os programas de incentivo fiscal na década de 1990 <i>V. Vieira</i>	369
As companhias aéreas Low-Cost e a rede aeroportuária europeia <i>H. Leandro, N. Marques da Costa</i>	373
O aeródromo municipal de Ponte de Sor como motor de desenvolvimento local/ regional <i>A. Neves, R. Marques</i>	377
Território nacional e crise política: transformações do setor de petróleo e gás brasileiro após a interrupção dos governos petistas <i>L. Duarte</i>	381
Indústria papeleira nos territórios da cidadania em Santa Catarina- Brasil <i>R. P. Julião, R. Knorek, R. Schick, J. Marchesan</i>	385
Redes sociais e transnacionalismo político de imigrantes brasileiros na Europa <i>K. Silva, J. Malheiros</i>	391

Desenvolvimento rural e ordenamento agroflorestal

Evitar os incêndios rurais em Portugal: a necessidade de uma visão holística do problema <i>F. Tedim, V. Leone</i>	397
O retorno da resinagem à floresta portuguesa. Uma forma de promoção do desenvolvimento dos sistemas rurais e de prevenção de incêndios florestais <i>C. Ferreira</i>	401
O sistema agroflorestal no mosaico de Unidades de Conservação do Vale do Ribeira – Brasil <i>L. Donato, M. Lima</i>	405
Reconhecimento preliminar de reserva legal no município de Maringá - Paraná – Brasil e o cadastro ambiental rural <i>L. Donato, M. E. M. C. Ferreira</i>	409
A desterritorialização provocada por projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de vila de nova Mutum-Paraná, Rondônia/Brasil <i>J. Theodoro, M. Ferreira, C. Barata, L. Cunha, A. S. Moret</i>	413
Análise da dinâmica e bem-estar das Comunidades no Parque Nacional do Limpopo: uma abordagem socio-ecológica para a conservação da natureza <i>A. Conceição, F. Tedim</i>	417
Como abordar o desenvolvimento rural numa geografia europeia? Questões conceptuais e desafios operacionais <i>L. Moreno</i>	423

Informal agricultural sites in the urban fringe <i>M. J. Morgado, T. Santos</i>	427
Será a inovação a chave para o desenvolvimento da Região Demarcada do Douro? <i>H. Pina</i>	431
A dimensão social dos estudos geográficos vinculados a degradação dos solos agrícolas <i>J. Baldassarini</i>	437

Clima, saúde e bem-estar

Uso da modelagem espacial na identificação de potenciais campos térmicos: um estudo de clima urbano <i>C. C. M. Ferreira, D. E. Oliveira, D. C. Assis</i>	443
A relação entre o walkability e a saúde na Área Metropolitana de Lisboa – a sua relação direta e indireta <i>M. Pereira, P. Santana, R. Almendra, D. Vale</i>	449
Identificação de ‘Local Climate Zones’ (LCZ’s) no concelho do Porto <i>H. Madureira, A. Monteiro, S. Velho, P. Gonçalves</i>	453
Teorias e evidência sobre a relação entre obesidade e ambiente <i>M. Pereira, H. Nogueira</i>	457
A ciência em mapas: uma visão longitudinal da produção do conhecimento científico para o Ébola <i>T. Mendes, T. Sá Marques, L. Carvalho</i>	461
As áreas de maior privação socioeconómica e ambiental serão também as mais suscetíveis a episódios extremos de temperatura? Um estudo exploratório no concelho do Porto <i>A. Monteiro, H. Madureira, P. Gonçalves</i>	467
Vida ativa saudável dos jovens– uma leitura a partir da Escola Secundária D. Pedro V, Lisboa <i>B. Barros, L. Fernandez, M. Ribeiro</i>	471
Urban Quality of Life Index: methodological proposal applied to the municipality of Cascais <i>E. Marques da Costa, J. Santos, P. Sousa</i>	475
Modelos geográficos de suporte à decisão em saúde <i>D. Figueiredo, M. Marques, J. Rocha</i>	481
Regime pluviométrico em Portugal Continental (1951/2010): avaliação das alterações e sua origem <i>J. D. Ferrão, J. E. Ventura</i>	485
As temperaturas de superfície no Porto: análise dos contextos bioclimáticos nos bairros sociais <i>A. Monteiro, M. Amorim, F. Matos</i>	489
Atuação dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa para a Cidade Saudável – alguns exemplos <i>A. Louro, N. Marques da Costa, E. Marques da Costa</i>	495
As práticas de atividade física no quotidiano das famílias: caminhos para uma cidade saudável <i>P. Franco, E. Marques da Costa</i>	499
Segurança alimentar e nutricional em Angola: Perspetiva territorial <i>S. Portovedo</i>	503
Disponibilidade e acessibilidade a espaços verdes urbanos <i>A. Letra, H. Madureira, J. Teixeira</i>	509

Responsabilidade social e ética na investigação e intervenção territorial

Geografias feministas no Brasil: responsabilidade acadêmica e social <i>S. Silva</i>	515
Violência de gênero: prostituição feminina e justiça territorial urbana <i>I. Lima, D. Oliveira</i>	519
O conhecimento geográfico como instrumento na construção dos territórios dos povos indígenas e quilombolas <i>M. Viegas, C. Rodrigues</i>	523
A responsabilidade social dos geógrafos: o projeto de renovação da geografia nos textos de intervenção crítica de Milton Santos <i>T. Machado</i>	527
Cenários para a União Europeia: confronto entre uma “Visão Acadêmica” e uma “Perspetiva Oficial” <i>J. Lúcio, B. Marques</i>	531

População, migrações e políticas

Estratégias de mix social no âmbito das políticas de habitação em Portugal <i>S. Alves, A. B. Azevedo</i>	537
Evidências da nova emigração portuguesa: O caso dos artistas, designers e arquitetos <i>L. Gabriel, J. Malheiros</i>	541
A adequação do centro histórico de Guimarães ao turismo acessível <i>M. J. Caldeira, N. Silva, F. Nunes</i>	545
Acesso à habitação, formação familiar e imigração: consequências da bolha imobiliária em Espanha <i>A. B. Azevedo, J. López-Colás, J. A. Módenes</i>	551
Envelhecimento ativo responsável no Rio de Janeiro: das redes éticas à paisagem do cuidado <i>I. Lima</i>	555
Artistas visuais transmigrantes: Capital transcultural e geografias translocais <i>L. Gabriel</i>	531
Reino de Deus: a Igreja Católica na estruturação socioespacial de Pau dos Ferros, RN, Brasil <i>A. Sampaio, A. Ferreira</i>	563

Turismo e território

Comércio-memória: para quê e para quem? <i>J. A. Rio Fernandes, P. Chamusca</i>	569
Turismo no espaço rural em Portugal – realidades e desafios <i>A. Gonçalves</i>	573
Monitorização de visitantes em áreas protegidas: O caso da Reserva Natural das Berlengas <i>A. Gil, C. Fonseca, R. Nogueira Mendes, D. Inácio, C. Pereira da Silva</i>	577
A responsabilidade social das políticas públicas no contexto da territorialidade e turismo religioso. Estudo de caso dos Caminhos de Fátima <i>M. Franca, R. Martins, J. Brandão</i>	581

A felicidade na valoração subjetiva da experiência turística – território, paisagem e identidade – retrato de um projecto <i>L. Martins, H. Marques, M. Fernandes, S. Oliveira</i>	587
Economia alternativa: AirBnB na cidade do Porto <i>M. Ferreira</i>	593

Paisagem, património e desenvolvimento

A importância da conservação dos acervos fotográficos para a Geografia: entender o presente olhando o passado <i>R. Alves, M. J. Roxo</i>	599
Áreas Verdes e Azuis do município de Guimarães, no âmbito da candidatura a Capital Verde Europeia <i>A. Vieira, A. Bento-Gonçalves, F. Costa, F. Fontes</i>	603
Para uma multifuncionalidade das levadas tradicionais: a importância do arquivo histórico da APA para o seu conhecimento destas infraestruturas hídricas e sua promoção <i>A. Vieira, F. Costa, R. Silva</i>	607
O papel da Geografia na valorização do património cultural da Euroregião Galiza-Norte de Portugal <i>I. Gusman, R. López, R. González</i>	613
Dinâmicas territoriais e gestão de áreas protegidas: o caso do Parque Natural do Tejo Internacional <i>A. Paquete, C. Fonseca, T. Santos, A. Gil, J. Martins, M. Pereira</i>	617

Tradição da propriedade? Deslegitimação e geografias quotidianas do arrendamento em Portugal, 1974-1982

T. Castela ^(a)

^(a) Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tcastela@ces.uc.pt

RESUMO

A literatura da habitação argumenta que os estados do sul da região europeia se caracterizam por uma tradição da propriedade habitacional. No entanto, não se conhece a formação diacrónica dessa suposta tradição através de políticas estatais explícitas, em relação com discursos privilegiados difundidos através da imprensa, e em particular através de imagens publicitárias fantasiando novas geografias urbanas. Este trabalho concentra-se em Portugal, começando por recordar a imaginação da propriedade habitacional enquanto tradição durante a ditadura de Salazar. O trabalho contrapõe os discursos de deslegitimação do arrendamento às geografias quotidianas durante a primeira década da democratização política.

Palavras chave: Geografia Urbana, Habitação, Financeirização, Portugal

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é uma reflexão preliminar sobre o trabalho de arquivo realizado para um projeto coletivo de investigação intitulado “Viver em Tempos Financeiros: Habitação e Produção de Espaço no Portugal Democrático”. O projeto teve o seu início em 2016 e será desenvolvido até 2019 no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em colaboração com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. O projeto articula as perspetivas disciplinares sobre a financeirização da economia política, da geografia urbana, e da história da arquitetura, concentrando-se nas contradições do financiamento público da propriedade privada de espaços habitacionais, que poderá ser considerado como um tipo de espaço público. Procura trazer a questão espacial para os estudos da financeirização ao estudar as dimensões plurais da formação do mercado do crédito à habitação desde o início da democratização política em Portugal até ao presente, com um enfoque nas geografias desiguais do desenvolvimento urbano, e na dimensão económica da produção do espaço a várias escalas.

O meu papel neste projeto—enquanto historiador da arquitetura e do urbanismo interessado na geografia urbana da financeirização—é coordenar uma tarefa de investigação intitulada “Formas de Propriedade Habitacional e o Projeto da Harmonia Social na Democratização Política”, contribuindo para o projeto através de um estudo da persistência na democratização política em Portugal de uma relação entre políticas estatais de habitação (entendidas de um modo amplo) e o que denomino como “harmonia social”, um projeto político formado sob condições ditatoriais anteriores (Castela, 2011). A tarefa concentra-se numa história cultural da propriedade habitacional durante o início da democracia política no final dos anos 70 e nos anos 80 do século passado, no quadro da formação do neoliberalismo português, entendido aqui como uma teoria situada de práticas político-económicas no espaço-tempo. A investigação

aborda textos—como discursos de políticos, documentos do planeamento urbano estatal, ensaios académicos sobre a habitação e a arquitetura, e artigos de jornal—assim como representações visuais da habitação no cinema e em publicidade na imprensa.

Na Conferência Internacional de História do Planeamento de Julho de 2016, apresentei uma reflexão inicial sobre a tarefa de investigação, considerando a pluralidade de práticas para a obtenção da propriedade habitacional, em contraste com as políticas estatais que definiram a normatividade da propriedade habitacional através do crédito bancário, uma trajetória para a obtenção da propriedade que de facto só se tornou dominante no final dos anos 90.

De facto, até 1968, durante a ditadura de Salazar, a habitação havia sido excluída dos planos de desenvolvimento em Portugal devido à sua “fraca reprodutibilidade” (Caetano, [1956] 1958, p. 110), apesar da celebração da propriedade habitacional, que irei examinar em maior detalhe. Com a ditadura do próprio Caetano, e em particular com o início da democratização política após 1974, atores no aparelho estatal central reconsideraram os meios da generalização da propriedade habitacional, primeiro debatendo e mais tarde estimulando regimes de crédito com taxas de juro subsidiadas para a aquisição de habitação própria. Se em 1970 49% dos agregados familiares em Portugal viviam em habitação própria, em 1991 a percentagem havia subido para 65%, e em 2011 para 73%. A partir do final dos anos 90 do século passado a obtenção de propriedade habitacional através do crédito bancário generalizou-se e ter-se-á tornado normativa, pelo menos até à crise de 2008 quando as taxas de incumprimento começaram a subir.

Este artigo explora como os discursos sobre a tradição contribuíram para a legitimação de uma cidadania proprietária nas urbes portuguesas no final do século XX, contribuindo para uma compreensão do papel dos discursos sobre a tradição na definição e difusão de sucessivas políticas da habitação e práticas do aparelho estatal, desde as ditaduras de Salazar e Caetano até à

primeira década de democratização política após 1974.

Este artigo tem três partes. Começarei por abordar o termo “financeirização”, e criticarei a atual investigação sincrónica que evoca uma chamada “tradição da propriedade”. Em seguida, evoco brevemente textos que imaginavam a propriedade habitacional como uma tradição, antes de 1974, no quadro de um projeto corporativo antiliberal e anticomunista para o fomento da liberdade doméstica para cidadãos portugueses num estado imperial e autoritário. Finalmente, o artigo examina materiais mais tardios—produzidos principalmente após o início da democratização e o simultâneo fim do império—que se concentravam em apresentar a propriedade habitacional como modo normativo de subjetividade urbana, muitas vezes explicitamente deslegitimando as então dominantes geografias quotidianas do arrendamento urbano em cidades como Lisboa. Criados num quadro de celebração transideológica do desenvolvimento urbano, tais materiais terão sido certamente recebidos em relação a campanhas de propaganda estatal associando um aumento da produção espacial à construção de uma nova ordem nacional.

2. FINANCEIRIZAÇÃO

Após a crise global de crédito de 2008, existe hoje uma valiosa literatura na Europa e na América do Norte sobre a relação entre financeirização e espaço. Para citar uma contribuição inicial sobre a questão da habitação, pelo geógrafo Manuel Aalbers, a financeirização é: “um padrão de acumulação no qual a obtenção de lucros ocorre cada vez mais através de canais financeiros em vez do comércio e da produção de bens” (Aalbers, 2008, p. 1).

No entanto, os estudos da habitação, inclusive no quadro da geografia urbana, não contribuíram ainda em profundidade para o importante debate sobre financeirização e espaço, por exemplo, estudando como a habitação pode ser compreendida como um tipo de espaço público, tendo em conta o modo como frequentemente tem um papel central na contribuição do aparelho estatal para a financeirização do espaço. Em particular, argumento que os estudos da habitação podem examinar de um modo particularmente rigoroso o papel do ambiente construído em circuitos de formação de subjetividade: por exemplo, a formação de “subjetividades microfinanceiras”, adaptando-se aqui um termo proposto pela geógrafa Kate Maclean (2012). Para além disso, a geografia urbana pode recorrer ao seu conhecimento sobre as geografias quotidianas para fornecer uma perspetiva diacrónica sobre o modo como uma diversidade de atores contribuiu para a mercantilização do espaço residencial, legitimando este último como um espaço com um valor de troca calculável que é crucial para a produção do espaço enquanto circuito de capital, flexivelmente articulando o quotidiano através de discursos de tradição e de modernidade.

3. TRADIÇÃO DA PROPRIEDADE?

Neste quadro, é muito oportuno que a investigação enfrente a formação diacrónica de discursos sobre a

tradição legitimando a cidadania proprietária. Enquanto o termo de língua inglesa “tradition of homeownership” surge em numerosos artigos académicos no campo dos estudos da habitação—dedicados a espaços tão diversos como bairros racializados em Chicago, Estados inteiros como a Noruega, ou regiões como a Europa do Sul ou Central— a utilização deste termo infelizmente não é justificada através de investigação histórica sobre discursos e práticas situadas da propriedade habitacional, e sobre transformações contingentes. Por exemplo, Elsinga e Hoekstra (2005) argumentam que na Europa do Sul, “a propriedade habitacional parece ser parte de uma tradição familiar e não uma escolha” (2005, p. 421). Mais recentemente, Ronald reitera que “o grupo de países à borda do Mediterrâneo têm... uma longa tradição de propriedade habitacional” (Ronald, 2007, p. 474). Como demonstra a história do crescimento de taxas de propriedade habitacional em Portugal que mencionei no início, devemos refletir sobre como avançar em relação a tais pressupostos pouco precisos.

Em Portugal, o debate sobre a relação entre o aparelho estatal e a habitação frequentemente articula o conceito de “sociedade-providência” de Sousa Santos (1995), tendo em conta o modo como o estado estimulou o crescimento da propriedade habitacional também indiretamente, por exemplo graças ao fomento dos loteamentos ditos “clandestinos” a partir do final dos anos 50 através de intervenções municipais, que ajudaram à suburbanização de trabalhadores de baixa remuneração nas décadas subsequentes, e a partir dos anos 70 à migração direta de trabalhadores rurais para as periferias urbanas, sem a passagem até então usual pelo centro da cidade (Castela 2011). Se é verdade que Sousa Santos rejeita liminarmente que as práticas de apoio mútuo da “sociedade-providência” pertençam ao domínio da tradição rural (Santos 1995, p. iii), é necessário também recordar as formas muito concretas como o estado estimulou através do Fundo do Fomento da Habitação a propriedade habitacional urbana a partir do final dos anos 60, não só através de regimes de crédito, mas também através da figura do Contrato de Desenvolvimento para a Habitação (CDH), e da construção dos chamados Planos Integrados e dos bairros da Comissão para o Alojamento dos Refugiados (CAR), tendo em conta o ulterior processo de venda de habitações aos arrendatários.

4. A PROPRIEDADE HABITACIONAL DURANTE AS DITADURAS

É portanto relevante recuperar e expandir um dos aspetos que abordei na minha investigação doutoral sobre loteamentos residenciais informais na área de Lisboa: a consolidação através de práticas estatais em meados do século XX em vários estados europeus e americanos do princípio anticomunista de que assegurar o acesso da classe trabalhadora à propriedade habitacional iria resultar na harmonia social—erodindo a possibilidade da luta de classes. Uma valiosa literatura incluindo autores como Caldeira (2000) ou Beauregard (2006) tem examinado discursos dessa época noutros estados Atlânticos como a Espanha, o Brasil, ou os EUA.

Sugiro que na contemporaneidade, em cidades como Lisboa as ligações entre desigualdade e financeirização da produção espacial são parcialmente determinadas por discursos persistentes sobre a propriedade habitacional que surgiram inicialmente no quadro do projeto autoritário da “harmonia social”. Se investigadores como Bodnar (2001) já examinaram como as especificidades da propriedade pós-socialista na Europa Central não podem ser compreendidas sem um conhecimento do legado socialista no campo da habitação, muito pouco se sabe sobre a rearticulação das políticas de habitação dos regimes autoritários do sul da Europa após a democratização.

No caso da ditadura de Salazar em Portugal, a ideia da “harmonia social” foi utilizada nos anos 30, em associação com a celebração da propriedade habitacional, na Constituição de 1933, assim como em discursos antiliberais do próprio Salazar, que havia sido docente de ciências económicas na Universidade de Coimbra. A harmonia social necessitava não só de limites estatais à liberdade ilegítima, de modo a garantir as liberdades individuais e coletivas “legítimas”, como um discurso de 1930 notava, mas também famílias defendidas pelo Estado através da “constituição de lares independentes e em condições de salubridade”, um objetivo definido pelo artigo 13º da Constituição. Simultaneamente, e tomando em conta a nova ordem política, o influente arquiteto Raul Lino explicitamente associou a questão da propriedade como tradição à sua já conhecida defesa de uma tradição estética na habitação supostamente nacional, argumentando que a “americanização” dos costumes não havia conseguido eliminar a “natural e instintiva” vontade do “Homem” de ser proprietário da sua habitação (Lino, [1933] 1992, p. 11). Já em 1935, o ditador Salazar tornou claro noutro discurso que o estado deveria não só fomentar “lares independentes”, mas também a propriedade habitacional, para assegurar a harmonia social, e porque tal política respeitaria as tradições nacionais portuguesas: “para o nosso feitiço independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família” (Salazar, [1933] 1935, p. 186).

Gradualmente, no seio do aparelho estatal o princípio da propriedade habitacional serviu de base à defesa de uma sociedade futura que seria simultaneamente hierárquica e desenvolvente. No início dos anos 40 especialistas corporativos, incluindo arquitetos como Étienne de Gröer, da escola de urbanismo de Paris, imaginaram a espacialização da hierarquia social em planos que previam a triagem das classes através de espaços socialmente segregados, descrevendo as diferentes classes sociais como tendo todas papéis legítimos e complementares. Após o fim da guerra, tal triagem parece ter sido naturalizada, tanto por conservadores estudiosos da habitação, como por arquitetos progressistas no Primeiro Congresso Nacional de Arquitetura de 1948. Tal triagem asseguraria a “elevação de classe” de sujeitos mercedores, precisamente através da propriedade habitacional.

No entanto, parte do aumento muito ligeiro nas taxas de propriedade habitacional urbana durante o final

da ditadura de Salazar acabou por dever-se à mudança de agregados familiares de espaços arrendados nos centros das cidades para loteamentos suburbanos informalmente criados, tolerados pelos municípios, mas ilegalizados através de novas leis do urbanismo criadas ao longo dos anos 60—como já foi referido, apenas ao longo dos anos 70 se intensifica a migração directa de outras regiões do país para os chamados bairros “clandestinos”. No entanto, quando condições políticas transformadas levaram à inclusão da habitação nas políticas estatais de desenvolvimento a partir do final dos anos 60, o aparelho estatal não questionou a celebração da generalização da propriedade habitacional como base para a harmonia social. Antes pelo contrário, o fomento da casa própria foi a única política da habitação a que o Estado dedicou recursos de relevo, especialmente através dos programas implementados pelo FFH a partir da sua criação em 1969, programas que vieram a substituir a construção de “casas económicas”. É importante recordar os importantes estudos quantitativos já realizados, pelo urbanista Abílio Cardoso no início dos anos 80 (1983), e mais tarde pelo economista Vítor Neves (1996).

5. DESLEGITIMAÇÃO E GEOGRAFIAS QUOTIDIANAS DO ARRENDAMENTO

Assim, no período pós-revolucionário, a ideia da generalização da propriedade habitacional para a harmonia social foi rearticulada, surgindo um discurso privilegiado sobre a anormalidade da vida dos arrendatários.

No período revolucionário de 1974 e 1975, emergiu a ideia de construir uma nova nação através de casas próprias, mesmo através do modo “clandestino” de produção espacial, frequentemente representado como eficiente ou um recurso. Esta ideia foi trabalhada através de artigos de imprensa e de publicidade do Estado, de bancos e seguradoras, e da indústria da construção (Castela 2011, p. 148). Inicialmente, os anúncios estão imbuídos da ética da rápida autoconstrução e de uma estética da construção, apesar de serem dirigidos a um público privilegiado, e, regra geral, sem conhecimento das realidades materiais da produção espacial. No entanto, a ideia do direito à habitação enquanto direito necessário para uma nova nação não era um discurso necessariamente, parte de uma crítica da economia política capitalista, especialmente após a aprovação da Constituição de 1976, quando as relações de poder no parlamento começaram a favorecer o liberalismo social. Como mencionei na introdução, o Estado democrático social-liberal rapidamente criou políticas para facilitar a generalização da propriedade habitacional, evitando um crescimento da intervenção direta na habitação que fosse prejudicial ao mercado do espaço, ou seja, à crescente indústria privada da construção e venda de habitação, pretendendo-se que a indústria da construção em particular se viesse a transformar numa indústria exportadora de relevo.

Mais tarde na década, representações marginalizantes da vida dos arrendatários começaram a ser comuns na imprensa ou no cinema, contribuindo para um discurso novo e privilegiado sobre a anormalidade de tais vidas urbanas. Por exemplo, em Novembro de

1978 o semanário de referência Expresso, orientado para um público urbano e privilegiado, publicou uma reportagem pelo então jornalista Fernando Dacosta intitulada “O mundo fantástico dos quartos alugados” (1978). Apesar do jornal admitir que viver num quarto alugado era uma experiência banal para muitos lisboetas, notando que “200 mil pessoas vivem em Lisboa em quartos alugados”, a história estava organizada em redor de temas como a precariedade material, o alcoolismo, o ódio, e a densidade habitacional excessiva. Um excerto de uma entrevista com uma senhoria é representativo:

“Cada hóspede tem direito a sopa, um prato simples, uma peça de fruta e um copo de vinho, aos sábados há frango com batatas e aos domingos bife com arroz. E tem ainda direito a um banho por semana, a uma muda de roupa, a uma lâmpada de 50 voltos [sic] no quarto. Se querem tomar mais banhos, os meus hóspedes, felizmente não tomam, pagam 10 escudos por cada. E sou eu que lhes abro o gás pois não os deixo mexer no esquentador” (Dacosta 1978, p. 7).

Nos anos 80, filmes premiados como *Recordações da Casa Amarela: Uma Comédia Lusitana*, criado pelo celebrado realizador português João César Monteiro, recuperam este discurso, representando a vida dos arrendatários como uma experiência esqualida, quase patológica. O protagonista vive num quarto de um apartamento no centro de Lisboa onde a senhoria, de um modo semelhante à entrevistada por Dacosta em 1978, não permite a utilização do telefone, limita a frequência dos duches quentes, e aceita mudar um colchão velho apenas quando se depara com provas irrefutáveis da presença de insetos parasitas. O protagonista deixa o apartamento após agredir sexualmente uma arrendatária, e acaba por ser internado no famoso hospital psiquiátrico Miguel Bombarda. Nenhum dos numerosos textos científicos escritos sobre este filme (Baptista 2008; Cunha 2010; Nogueira 2010; entre outros) parece ter notado como a representação da vida em quartos alugados, uma experiência comum na Lisboa dos anos 80, terá sido baseada numa visão superficial da vida urbana dos trabalhadores de baixa remuneração, fornecendo talvez uma perspetiva sobre as atitudes então dominantes nos cidadãos privilegiados quanto ao carácter indesejável ou mesmo irrazoável de viver num espaço arrendado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo contribui para a crescente literatura sobre a financeirização do acesso à habitação nas cidades europeias contemporâneas ao notar que os regimes nacionais de habitação não podem ser entendidos como meras variantes no quadro de uma neoliberalização dominante, caracterizada por uma suposta experiência generalizada da dívida. Uma perspetiva historicamente informada sobre a formação contingente de políticas e práticas estatais de habitação pode fornecer instrumentos para a construção de regimes de habitação menos desiguais. O artigo defende que a atual hegemonia da cidadania proprietária em Estados europeus como Espanha e Portugal, contrastando com um regime de habita-

ção mais diverso em estados como a Alemanha, exige uma atenção ao papel dos poderosos discursos sobre tradição e propriedade habitacional.

7. BIBLIOGRAFIA

- Aalbers, M. (2008). *The Financialization of Home and the Mortgage Market Crisis. Competition and Change*, 12 (2), 148-166.
- Baptista, T. (2008). *A Invenção do Cinema Português*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Beauregard, R. (2006). *When American Became Suburban*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Bodnar, J. (2001). *Fin de Millénaire Budapest: Metamorphoses of Urban Life*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Caetano, M. ([1956] 1958). *Exposição do Ministro da Presidência ao Conselho Económico*. In *Presidência do Conselho, Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento: I. Estudos Gerais*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Caldeira, T. (2000). *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Cardoso, A. (1983). *State Intervention in Housing in Portugal 1960-1980* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Reading.
- Castela, T. (2011). *A Liberal Space: A History of the Illegalized Working-Class Extensions of Lisbon* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade da Califórnia, Berkeley. <http://escholarship.org/uc/item/1fj0856h>
- Cunha, P. (2010). *Decadência, Regeneração e Utopia em João César Monteiro*. *Portuguese Cultural Studies*, 3, 43-60.
- Dacosta, F. (1978). *O Mundo Fantástico dos Quartos Alugados*. *Expresso*, 11 de Novembro, 6-7.
- Elsinga, M. & J. Hoekstra. (2005). *Homeownership and Housing Satisfaction*. *Journal of Housing and the Built Environment*, 20, 401-424.
- Lino, R. ([1933] 1992). *Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*. Lisboa: Cotovia.
- Maclean, K. (2012). *Gender, Risk and Micro-Financial Subjectivities*. *Antipode*, 45, 455-473.
- Neves, V. (1996). *Housing Shortage and Housing Investment in Portugal: A Preliminary View*. Coimbra: Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Ronald, R. (2007). *Comparing Homeowner Societies: Can we Construct an East-West Model?* *Housing Studies*, 22 (4), 473-493.
- Nogueira, I. (2010). *A Imagem Cinematográfica em João César Monteiro: Recordações da Casa Amarela, Abstracção e Empatia*. *Portuguese Cultural Studies*, 3, 69-72.
- Salazar, A. ([1933] 1935). *Conceitos Económicos da Nova Constituição*. In *Discursos: 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 186-187.
- Santos, B. S. (1995). *Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?* *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, i-vii.